

Manifesto ato PL 6764/2002 - Não ao regime de urgência!

As organizações da sociedade civil que participaram e apoiam o ato contra a urgência do Projeto de Lei 6764/2002 no dia 20 de abril de 2021 exigem a não aprovação do regime de urgência na votação do substitutivo a esse Projeto. Entre outras propostas, o PL propõe a revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei 7170/1983) e a aprovação de uma nova legislação sob o título de defesa do Estado Democrático de Direito, em meio à pandemia de Covid-19.

O uso cada vez mais intenso da Lei de Segurança Nacional, originada na ditadura militar, vem preocupando a sociedade civil brasileira e manifestamos acordo de que é necessária a superação desse entulho da ditadura militar. Entretanto, a aprovação de uma nova legislação demanda amplo e plural debate prévio e consulta com diversos setores sociais, uma vez que é inconcebível o risco de que uma nova lei possa seguir afetando diretamente as liberdades e direitos fundamentais e resultar na criminalização da atuação política. A participação social e a transparência do processo legislativo são pilares da democracia e não podemos admitir a aprovação de um projeto que se pretende de Defesa do Estado Democrático de Direito desrespeitando esses pilares.

Além disso, qualquer legislação que trate do tema deve, imprescindivelmente, romper com a lógica autoritária e do inimigo interno que marca o espírito da Lei de Segurança Nacional. A multiplicidade de tipos penais amplos não contribui para essa superação já que dá um duro golpe não apenas na segurança jurídica, como também ocasiona forte instabilidade ao devido processo e ao impedimento de atos autoritários por parte das autoridades policiais e do sistema de justiça. Essas lacunas causam danos especialmente graves quando se trata de crimes que incidem sobre o campo político.

Nesse sentido, é importante lembrar que a garantia desses direitos e liberdades se encontra em um momento desafiador, com o contexto de aumento da violência política e da hostilidade contra defensores/as de direitos humanos e de criminalização de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Caso a urgência se mantenha, ainda que sejam garantidos alguns dias de debate público, corremos um sério risco de estar aprovando um texto que pode representar um risco à própria democracia, contribuindo para a criminalização da ação social e às arbitrariedades das instituições que todos somos testemunhas.

No momento em que o Brasil atravessa uma das piores crises sanitárias da sua história, com aproximadamente 4 mil mortos por dia, o parlamento deveria dedicar-se ao atendimento das necessidades básicas da população e ao fortalecimento da saúde pública para salvar vidas.

Assinam:

1. Terra de Direitos
2. ARTIGO 19
3. Justiça Global
4. Anistia Internacional Brasil
5. Movimento Negro Unificado

6. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
7. ABGLT
8. Coalizão Direitos na Rede
9. Grupo Tortura Nunca Mais - RJ
10. Rede Justiça Criminal
11. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
12. AATR-BA - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
13. ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
14. ABL- Articulação Brasileira de Lésbicas
15. ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
16. ABRAI - Associação Brasileira de Intersexos
17. Ação Educativa
18. ADUFRJ - Sindicato dos professores da UFRJ
19. Amigos da Terra Brasil
20. ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
21. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)
22. Articulação Justiça e Direitos Humanos - JusDH
23. ArtJovem LGBT
24. Associação Comunitária Monte Azul
25. Associação Cultural José Martí - Baixada Santista
26. Associação Grupo Cultural Modjumba Axe
27. Associação Juizes para a Democracia - AJD
28. Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP
29. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA
30. Associação Pano de Roda
31. Atelier Rosa Alves
32. CAFELI - Grupo de Estudos Caixa de Ferramentas para a Liberdade
33. Casa no Meio do Mundo
34. Católicas pelo Direito de Decidir
35. Central de Movimentos Populares CMP Brasil
36. Central Nacional LGBT Brasil
37. Centro de Educação e Assessoria Popular - CEFAP Campinas
38. Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio
39. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
40. Centro Popular de Direitos Humanos
41. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
42. Coalizão Direitos Valem Mais - pelo fim do Teto de Gastos e por uma nova economia
43. Coletivo Favela no Poder
44. Coletivo MARÉ 0800
45. Coletivo Mulheres Aflitas Maria da Penha
46. Coletivo-Rj Memória, Verdade, Justiça e Reparação
47. Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA)
48. Comissão Pastoral da Terra
49. CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
50. Conectas Direitos Humanos
51. Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF BRASIL/CUT

52. CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
53. CRIOLA
54. Direitos em Movimento - UFPR
55. Diversas feministas – MS
56. Educafro Rio
57. Eu sou Eu A ferrugem
58. FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
59. Fórum Cearense de Mulheres - AMB
60. FORUM HIP HOP MSP
61. Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR)
62. Frente Ampla pelos Direitos Humanos - FADDH
63. Frente Estadual pelo Desencarceramento - RJ
64. Fundação Grupo Esquel Brasil
65. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP
66. Gestos (soropositividade, comunicação, gênero)
67. Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos
68. IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa
69. INESC - Instituto de estudos socioeconômicos
70. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial-Baixada Fluminense-RJ
71. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase
72. Instituto de Defensores de Direitos Humanos - DDH
73. Instituto Nossa Ilhéus
74. Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos
75. Instituto Socioambiental - ISA
76. Instituto Soma Brasil
77. Instituto Terra Trabalho e Cidadania - ITTC
78. Instituto Vladimir Herzog
79. JRO Desenvolvimento
80. Kurytiba Metropole
81. Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ
82. Levante Popular da Juventude
83. Liga Brasileira de Lésbicas
84. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro
85. MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos
86. MNU - Movimento Negro Unificado RJ
87. MNU - Movimento Negro Unificado SP
88. Movimenta Caxias
89. Movimento Arco Íris da Serra de Gravatá Pernambuco
90. Movimento Camponês Popular
91. Movimento de Mulheres Camponesas
92. Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
93. Movimento dos Pequenos Agricultores
94. Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM
95. MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
96. MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
97. Nádia Rebouças Consultoria
98. Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luisa Mahin - FND/UFRJ

99. Núcleo de Preservação da Memória Política
100. Odara - Instituto da Mulher Negra
101. Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil
102. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
103. Plataforma MROSC
104. Pretas do Alo Tietê
105. Projeto Colméia
106. Projeto Mulheres Nós na Luta
107. Rádio Radiola Livre
108. Rede AFRO LGBT
109. Rede de Mães e Familiares Vítimas de Violência da Baixada Fluminense
110. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio
111. Rede Democracia e Participação
112. Rede Jubileu Sul
113. Rede Nacional de Negras e Negros
114. Rede Nacional de Promoção e Controle Social a Saúde, Cultura e Direitos de
LesBicas Negras / Rede Sapatã
115. Rede Nacional dos Advogados e Advogadas Populares - RENAP
116. Redes da Maré
117. SAPÊ
118. SASP - Sindicato das Advogadas e Advogados de São Paulo
119. Sociedade Santos Mártires
120. Themis Gênero Justiça e Direitos Humanos
121. Tortura Nunca Mais
122. Uneafro Brasil
123. Unegro - Caxias
124. Unegro - DV
125. Urbanicidade

Indivíduos que apoiam o manifesto das organizações

1. Deborah Duprat - advogada e subprocuradora-geral da República aposentada
2. Tania Silva
3. Maria Madalena Rodrigues
4. Maria Teresa Guzzo Lia - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro